

“Segundo choque de recessão”

por Celso Pinto
de São Paulo

A área econômica do governo está-se preparando para um “segundo choque de recessão” nas próximas semanas, na expressão de uma alta fonte. Ele seria efeito da determinação com que o governo pretende enfrentar o novo salto inflacionário em setembro.

O Banco Central deverá apertar ainda mais a política monetária (ver nesta página). Sinais de dificuldades de grandes grupos empresariais já estão chegando à área econômica em Brasília, mas nenhum gesto de apoio foi até agora esboçado. Ao contrário, autoridades importantes têm dito, reservadamente, que talvez seja inevitável a redução de 20% da economia, a curto prazo, para conseguir quebrar a espinha da inflação.

O presidente Collor, de todo modo, acenou com uma alternativa menos dramática, embora ainda muito improvável, na sexta-feira, ao mandar anunciar, através do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, uma reunião entre governo, empresários e trabalhadores na próxima quarta-feira, em Brasília

(ver ao lado). As autoridades econômicas não admitem, em qualquer hipótese, imaginar um novo congelamento de preços, mas não teriam nada a objetar se empresários e trabalhadores chegassem a um acordo entre preços e salários.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, pelo que se sabe, vai ao encontro mais disposta a ouvir do que a propor, mas é provável que trabalhe, nos próximos dias, sobre algumas alternativas. Sabe-se, da mesma forma, que a ministra pretende dedicar parte deste final de semana que passa em São Paulo para fazer contatos com empresários que deverão sentar à mesa em Brasília. O ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, fará o mesmo em relação aos sindicalistas.

A encontro, que Collor diz ter marcado por sugestão dos sindicatos e empresários, irão os ministros da Economia, do Trabalho e da Justiça, além dos principais dirigentes sindicais e patronais. A tentativa anterior de um acordo entre preços e salários resultou num desgastante fracasso de última hora, que deixou ressentimentos entre os

(Continua na página 6)

Nacional

NÍVEL DE ATIVIDADE: 3 SET 1990

“Segundo choque de recessão”

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

participantes. Existem sólidas razões para se encarar a nova tentativa com ceticismo.

A área econômica sabe que qualquer acordo teria que prever algum tipo de mecanismo de prefixação de preços e salários, a taxas declinantes de inflação. Seria uma maneira de reduzir os preços de uma forma mais suave em termos de crescimento e nível de emprego. O México conseguiu fazer isso com sucesso.

Seja como for, o governo não conta com a hipótese de um acordo de preços e salários. As armas que pretende usar para evitar um descontrole maior dos preços incluem, além do aperto monetário, duas medidas anunciadas pela ministra da Economia na sexta-feira: o corte de 50% nas alíquotas de importação de insumos produzidos por monopólios e a descentralização dos pedidos de importação e exportação para toda a rede bancária privada.

Uma terceira arma, já ativada, é o cerco aos setores econômicos que estão agindo como cartéis.

O conjunto de políticas deriva do diagnóstico sobre as causas da dificuldade em conter os preços. É claro que a crise do petróleo, que obrigou o governo a elevar três vezes seguidas os preços internos dos derivados, tem um peso na explicação do novo salto nos preços.

Os fatores mais permanentes, contudo, são outros. O Ministério da Economia está convencido de que existe uma “indexação das margens de lucros”; ou seja, as empresas tendem a tentar atrelar a variação dos seus preços e lucros à

variação global da inflação, não à evolução de seus custos efetivos de produção. A flexibilidade com que parte do setor privado tem concedido aumentos salariais derivaria disso.

Outro foco de pressão são os preços do setor de serviços, especialmente os profissionais liberais, que também tendem a reajustar seus preços na mesma proporção que a inflação global.

Existem ainda as pressões de gastos de estados e municípios, sobre os quais não há muito o que fazer.

Essa tendência geral a manter indexações onde é possível só poderia ser quebrada, em teoria, de duas formas: ou através de um acordo que coordenasse o movimento para baixo, ou por asfixia. A asfixia, no caso, significa recessão, desemprego e quebras na economia e é, por enquanto, o cenário mais provável com que o governo está trabalhando.

A área econômica diz ter inteiro respaldo político do presidente Collor para seguir em frente. É fato, contudo, que o País que resultar das urnas de outubro poderá alterar disposições e alianças políticas do governo. Uma inflação sob controle, ou pelos menos a sensação de que os preços não vão disparar, é uma variável chave para determinar a força do presidente na recomposição do quadro de alianças políticas depois que o novo Congresso tomar posse. Pelo mesmo motivo, a hipótese drástica de um claro fracasso na área inflacionária comprometeria o futuro da atual equipe econômica.

O cenário da confluência dessas duas vertentes, o teste inflacionário e o teste político das urnas, tornará particularmente tenso o futuro imediato.